



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

**CRENCIAMENTO N° 001/2025  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 013/2025**

**CONTRATANTE**

**MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA/MG**

**OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICOS GENERALISTAS E ESPECIALISTAS DIVERSOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE - UBS, E NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA.**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

**LOCAL:** Avenida Castelo branco, 198 - Centro, Varzelândia/MG (Sala de Licitações)

**DIA:** à partir do dia 12/03/2025 até 11/03/2026

**HORARIO DE CREDENCIAMENTO:** a partir das 08h:00min (oito horas);

**HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES:** a partir das 9h:30min (nove horas e trinta minutos); **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília (DF).



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º: 001/2025**  
**PROCESSO N.º: 013/2025**

**1 - PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA-MG**, com endereço na Praça Cícero Dumont, n° 30 - Centro - Varzelândia - MG, inscrita no CNPJ 18.017.376/0001-74, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará credenciamento para contratação de serviços médicos, nas condições estabelecidas neste Edital e nas disposições contidas na Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/06, e demais legislações aplicáveis à matéria.

DO ACESSO AO EDITAL: O edital poderá ser requerido gratuitamente através do e-mail: [licitacoes.contratos@varzelandia.mg.gov.br](mailto:licitacoes.contratos@varzelandia.mg.gov.br); ou no Portal Nacional de Contratações Públicas, no endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/>, ou, diretamente junto ao setor de Licitações situado na Avenida Castelo Branco, 198, Centro, Varzelândia-MG de 08h:00min. as 12h:00min e de 14:00min as 17:00min, neste caso será cobrado a importância de R\$ 0,15 (quinze centavos) por página, valor correspondente ao custo da reprodução gráfica do edital.

**2 - DO OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE PEDIATRIA, ORTOPEDISTA, CARDIOLOGISTA, GINECOLOGISTA, ENDOCRINOLOGISTA, PSIQUIATRA, PEQUENAS CIRURGIAS E BIÓPSIAS, E CLÍNICOS GENERALISTA OBJETIVANDO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS NO MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA-MG**, conforme especificação dispostas em Anexo neste Edital.

**3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Poderão participar deste credenciamento as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto deste credenciamento, e que atendam às condições previstas neste Edital.

3.2 - Não poderá participar do presente Credenciamento:

3.2.1 Aquele(s) que não atenda(m) às condições deste Edital e seus anexos;



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

3.2.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4 pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7 pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

3.4 - A participação neste credenciamento implica na aceitação dos termos do presente ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis.

3.5 - Os interessados poderão apresentar documentação, e eventualmente serem credenciados, durante todo o período de vigência deste credenciamento, uma vez que o presente processo permanecerá aberto por todo o período de sua vigência.

3.5.1 - Os profissionais credenciados para a realização de serviços de consultas, após a definição do profissional contratado, irão compor a lista de espera, e na eventualidade de desistência do profissional contratado será realizado novo procedimento de seleção (havendo mais de um profissional na lista de espera) e/ou a convocação do profissional, desde que vigente o credenciamento.

**4 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

4.1 - Para participar do certame, os interessados deverão apresentar durante o período acima citado ou sua prorrogação (se houver) os seguintes documentos: **Envelope n.º 01** contendo os documentos exigidos para Habilitação e **Envelope n.º 02** contendo a Proposta de Preço, conforme anexo III deste edital, ambos lacrados e rubricados, endereçados ao Município de Varzelândia/MG.

O presente edital de credenciamento de empresa para prestação de serviços, conforme definido neste edital, nas quantidades, especificações e valores estabelecidos nas especificações em anexos, para o período de 01 (um) ano, prorrogável nos termos do art.106 da Lei 14.133/21, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei.

**5 - DO PERÍODO DE CREDENCIAMENTO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO:**

**Recebimento das propostas de preço e documentação de habilitação:**

**Local:** Av. Castelo branco, 198, centro, Varzelândia/mg (sala de licitações)

**Dia:** à partir do dia 12/03/2025 até 11/03/2026

**Horário de credenciamento:** a partir das 08h:00min (oito horas);

**Horário de abertura dos envelopes:** as 09h:30min (nove horas e trinta minutos); **referência de tempo:** horário de Brasília (DF).

**6 - DA HABILITAÇÃO:**

**Documentos para credenciamento - Pessoa Jurídica:**



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

**6.1 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**6.2 - Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**6.4 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**6.5 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**6.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**6.7** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**6.8** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**6.9** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

**‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’**

os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n° 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**6.10** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**6.11** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943;](#)

**6.12** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**6.13** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**Qualificação Econômico-Financeira**

**6.14** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n° 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II;

**Qualificação Técnica**

**6.15** Cópia da Carteira de Identidade Profissional que irá prestar o serviço ou diploma expedido pelo conselho regulador da atividade profissional (ex.: Conselho Regional de Medicina para profissionais médicos), bem como a comprovação da especialização (conforme item cotado pelo participante).

6.2 Os documentos poderão ser apresentados em fotocópias autenticadas por um tabelião, ou por servidor público desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

6.2.1 Os documentos antigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

6.3 Declaração unificada, conforme modelo descrito no **Anexo IV** deste edital.

**7 - DA PROPOSTA DE PREÇO**

7.1- A Proposta de Preço, contemplando o valor total do item, conforme preço fixado pela Administração Municipal através de pesquisa de mercado. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente, em folhas de tamanho único, em uma só via, datada, assinada e rubricada por seu Representante Legal, além de ser apresentada sem emendas, rasuras, borrões, ressalvas ou entrelinhas.

7.2 - O participante poderá apresentar proposta referente ao(s) item(ns) que for(em) de seu interesse, desde que haja compatibilidade de horários e condição de pleno atendimentos aos itens propostos, devendo esta(s) e os lances referirem-se à integralidade de seu objeto, não se admitindo propostas para fornecimento parcial do objeto do item.

7.3 - Todas as condições estabelecidas neste credenciamento considerar-se-ão tacitamente aceitas pelo participante no ato da entrega de sua proposta de preço.

7.3.1 - Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços, os quais se darão a expensas do contratado.

7.4 - O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública.

**8- DO PROCEDIMENTO:**

8.1- Recebidos os documentos, os profissionais da secretaria Municipal de Saúde, com o auxílio do Agente de Contratações e equipe de apoio, fará à apreciação dos mesmos, conjuntamente com as propostas de preços, sendo a data de entrega e abertura dos envelopes aquela definida no item 05 supra, sendo o prazo para decisão/resultado da análise de até 05 (Cinco) dias, contados da data de abertura dos envelopes;

8.2- O critério de classificação no presente credenciamento é o atendimento das condições estabelecidas para habilitação, e a compatibilidade do preço apresentado pelos possíveis credenciados, com os valores fixados pela Administração Municipal.

8.3 - Na eventualidade de haver mais de um habilitado para determinado item, será promovida análise curricular dos participantes, por equipe técnica do Município, sendo classificado o profissional que possuir maior tempo de serviços



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

prestados a Administração Pública, podendo ser ela Federal, Estadual ou Municipal, referentes a serviços compatíveis com o objeto do presente credenciamento.

8.4- Após a fase de habilitação e análise das propostas, e, ainda, da fase de análise curricular, neste caso apenas se houver mais de um habilitado para determinado item (com exceção dos itens referentes a plantões médicos, se houver), o credenciado será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o termo contratual.

8.5- O resultado do julgamento da habilitação e das propostas, bem como dos julgamentos de eventuais recursos administrativos interpostos pelos participantes deste processo, será publicado no hall de entrada do prédio sede da Prefeitura Municipal, sito na Praça Cícero Dumont, nº 30 - Centro - Varzelândia - MG.

**9 - DO PAGAMENTO:**

9.1- Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

9.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

**‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’**

9.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.6 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**Prazo de pagamento**

9.11 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

**Forma de pagamento**

9.13 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.16 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.17 A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

**10 - DOS SERVIÇOS:**

10.1 - Para prestação dos serviços, a contratada deverá possuir em seu quadro profissional que atenda os requisitos de habilitação devidamente inscritos na entidade de classe equivalente à sua formação profissional, valendo também para os profissionais autônomos.

10.2- As quantidades definidas no termo de referência são estimadas para um período de 01 ano.

10.3 - O presente Credenciamento trata-se de mera expectativa de contratação, diante disso, não há obrigatoriedade de contratação das quantidades estimadas na tabela.

10.4 - O Credenciado somente atenderá pacientes mediante apresentação do formulário de encaminhamento ou boletim de referência e contra referência, emitido pela Secretaria Municipal da Saúde, devidamente preenchido, assinado e autorizado pela mesma;

10.5 - A consulta prestada pelo Credenciado terá validade de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo remarcar diretamente com o paciente a reconsulta dentro deste período sem ônus ao Município;

10.6 - O Credenciado deverá manter-se habilitado junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

10.7 - Não serão objeto de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional.

10.8 - O Credenciado, responderá por todos os serviços prestados no atendimento ao paciente encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, isentando integralmente o Município de todo e qualquer ato falho em que o paciente sentir-se lesado.

10.9 - No atendimento aos pacientes, o Credenciado deverá usar somente materiais descartáveis e instrumental devidamente esterilizado;

10.10 - O Credenciado será responsável por todos os encargos fiscais, previdenciários, e demais despesas diretas e indiretas referentes a presente contratação;

## **11 - DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO**

**11.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, à anulação ou revogação do processo, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados via e-mail, no seguinte endereço eletrônico: [licitações.contratos@varzelandia.mg.gov.br](mailto:licitações.contratos@varzelandia.mg.gov.br).

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11.11 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.12 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.13 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados de forma eletrônica, pelo email: [licitações.contratos@varzelandia.mg.gov.br](mailto:licitações.contratos@varzelandia.mg.gov.br).

11.14 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.14.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

11.15 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1- Os uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI), e objetos de uso necessários à prestação dos serviços objeto do presente credenciamento são de responsabilidade da Administração.

12.2- Ao Prefeito fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caiba aos participantes quaisquer direitos a reclamações ou indenizações;

12.3- Aplica-se ao presente Edital de Credenciamento, no que couber, os dispositivos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações;



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

12.4 - Os demais documentos, tais como, CND's, deverão ser comprovados juntamente com a Nota Fiscal, para fins de pagamentos.

**13 - ANEXOS DO PRESENTE EDITAL:**

Anexo I: Termo de referência;  
Anexo II: Minuta Contratual;  
Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;  
Anexo IV: Modelo Declarações.

Varzelândia/MG, 21 de fevereiro de 2025.

**LUIZ HENRIQUE RABELO AZEVEDO**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**CRENCIAMENTO N.º: 001/2025**

**PROCESSO N.º: 013/2025**

**2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE PEDIATRIA, ORTOPEDISTA, CARDIOLOGISTA, GINECOLOGISTA, ENDOCRINOLOGISTA, PSIQUIATRA, PEQUENAS CIRURGIAS E BIÓPSIAS, E CLÍNICOS GENERALISTA OBJETIVANDO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS NO MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA-MG** nos termos dos descritivos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

Seq.	Qtde	Unidad	Descrição do Produto
01	720	consulta	Prestação de serviços médico <b>GINECOLOGICO</b> , realização de consultas em ambulatório do município, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
02	400	UNIDADE	Prestação de serviços <b>MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM</b> em Ambulatório do município de exames de Ultrassonografia abdome total Ultrassonografia Abdome Inferior. Ultrassonografia Das Mamas.
03	1.600	UNIDADE	Prestação de serviços <b>MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM</b> em Ambulatório do município de exames de Ultrassonografia abdome superior Ultrassonografia obstétrica (um concepto) Ultrassonografia pélvica abdominal Ultrassonografia pélvica transvaginal Ultrassonografia tireoide. Ultrassonografia parede abdominal Ultrassonografia próstata Ultrassonografia bolsa testicular.
04	12	MES	Prestação de serviços médicos <b>PSIQUIATRA</b> no CAPS EDVAR PEREIRA DA SILVA cumprindo carga horária de 40 horas semanais. Atribuições: realizar atenção à saúde do indivíduo sob sua responsabilidade, prestando atendimento médico e ambulatorial, registrando a consulta em documentos próprios. Propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças e tarefas afins editadas nos respectivos regulamentos.
05	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>PEDIATRIA</b> com atendimentos mínimos de 40 consultas semanais, carga horária 5 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
06	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>ENDOCRINOLOGISTA</b> com atendimentos mínimos de 10 consultas semanais, carga

			horária 4 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão
07	12	Mes	Prestação de serviços médico <b>CARDIOLOGISTA</b> com atendimento mínimo de 40 consultas semanais, carga horária de 04 horas semanais no ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
08	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>ORTOPEDIA</b> com atendimentos mínimos de 40 consultas semanais, carga horária 5 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
09	1.400	UNIDAD ES	Prestação de serviços médico como <b>CLINICO GERAL</b> , para realizar Biópsias, Pequenas Cirurgias no Ambulatório do Município.
10	12	Mes	Prestação de serviços médico <b>CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>ESPERANÇA</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.

11	12	Mês	Prestação de serviços médico <b>CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>VILA ESTIVINHA</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
12	12	Mês	Prestação de serviços médico <b>CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>SOLIDARIEDADE</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
13	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>MUTAMBAL</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo

			regulamento da profissão.
14	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>TEODOMIRO SOARES DOS REIS (ESF HARMONIA)</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
15			Prestação de serviços <b>MÉDICO CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>TEODOMIRO SOARES DOS REIS (ESF FÉ NA VIDA)</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
16	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade

			Básica de Saúde <b>ZIRVAL ALVES FIALHO</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
17	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>SAO VICENTE 1</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
18	12	Mes	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>CAMPO REDONDO</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
19	12	Mes	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade

			Básica de Saúde <b>CLEMENTE BATISTA ANTUNES</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.
20	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NO CAPS</b> realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, e manutenção da saúde) aos indivíduos que necessitam destes serviços médicos; contribuir e participar das atividades no caps, com carga horária mínima de <b>40 horas semanais</b> . avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O contrato terá validade de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 da Lei 14.133/21, mediante a anuência do contratado, desde que comprovado o preço vantajoso.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**3.1** Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar, justifica-se o presente credenciamento, diante da necessidade de prestação de serviços de serviços médicos especializados, para complementação aos atendimentos aos usuários do SUS, que se encontram em áreas descobertas, os quais são atendidos no Município de Varzelândia/MG, uma vez que os serviços são de extrema necessidade, por se tratar a atenção primária e ser a porta de entrada do cidadão ao serviço de saúde no município, não podendo, contudo, ter sua descontinuidade.

**3.2** Justifica-se ainda o credenciamento de terceiros para realização dos serviços, uma vez que o Município de Varzelândia/MG, não dispõe em seu quadro de pessoal médicos especializados e disponíveis para a realização dos serviços e, por sua vez, o Município tem a obrigação de ofertar os serviços médicos especializados a toda a população, conforme disposições insculpidas na legislação, bem como nos programas do SUS/Atenção Básica Primária.



**MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ 18.017.467/0001-00**

**‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’**

**3.3.** Por outro lado, o Município de Varzelândia/MG, enfrenta uma crescente demanda por serviços médicos especializados devido ao aumento da complexidade dos casos clínicos e à necessidade de tratamentos avançados que não são totalmente cobertos pela equipe médica atual. A contratação de serviços médicos especializados é essencial para garantir a qualidade da assistência oferecida aos nossos pacientes e melhorar os resultados clínicos.

**3.4.** É cediço que, com o advento da nova lei de licitações e contratos, há previsão legal da figura do credenciamento como forma de seleção de prestadores de serviços para a Administração Pública, sendo por meio da inexigibilidade de licitação, conforme previsão no art. 74, IV, da Lei 14.133/2021, ante a inviabilidade de competição.

**3.5.** Por outro lado, o credenciamento é o meio mais eficaz no caso dessa contratação, uma vez que os procedimentos licitatórios tradicionais, poderá não atender o interesse público, uma vez que cria direito subjetivo a um único ganhador a prestar o serviço e, principalmente, porque o licitante tem liberdade de ofertar o preço que quiser, o que não se permite no presente tipo de contratação, onde o valor a ser pago é previamente determinado pela Administração Pública.

**3.6.** Ademais, procedimento auxiliar de credenciamento aumenta não só a quantidade de profissionais de saúde para atendimento ao público, como também a qualidade dos serviços prestados podendo ser contratados diversos prestadores de serviços, o que trará benefícios direto aos nossos munícipes atendidos pelo SUS, haja vista que a contratação é paralela e não excludente, o que denota a vantajosidade para a Administração em contratações simultâneas em condições padronizadas.

**3.7.** Assim sendo, resta justificado o interesse público e motivação suficiente para demonstrar que o procedimento auxiliar, mediante credenciamento é a medida que melhor atende ao interesse público nesse momento, pois, a contratação de pessoas jurídicas que prestam serviços médicos especializados, por meio desse procedimento auxiliar é mais vantajosa para administração, além é claro de atender os interesses da população, prestando aos munícipes um atendimento com maior eficiência, bem como por efetuar os pagamentos idênticos a todos os interessados, o que gerará economia em grande escala e melhor atendimento à saúde pública no Município.

**3.8** O objeto da contratação não está previsto em Plano de Contratações Anual, visto que em razão da transição da vigência da Lei 14.133/21, com a revogação das legislações dispostas no art.193 do citado diploma legal, apenas em 30 de dezembro de 2023, e o Município optado pela utilização das leis revogadas até a data de suas revogações, não houve tempo hábil para elaboração do PCA.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade**

5.1. Face a natureza da contratação, não foram identificados possíveis impactos ambientais relevantes, devendo o Município, na hipótese da contratação gerar algum tipo de refugo, promover o adequado descarte nos termos da legislação ambiental vigente.

**Subcontratação**

5.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de execução**

5.1 Para a Para prestação dos serviços, a contratada deverá possuir em seu quadro profissional que atenda os requisitos de habilitação devidamente inscritos na entidade de classe equivalente à sua formação profissional, valendo também para os profissionais autônomos.

5.2 O Credenciamento trata-se de mera expectativa de contratação, diante disso, não há obrigatoriedade de contratação das quantidades estimadas na tabela, ou seja, de todo o período.

5.3 O Credenciado somente atenderá pacientes mediante apresentação do formulário de encaminhamento ou boletim de referência e contra referência, emitido pela Secretaria Municipal da Saúde, devidamente preenchido, assinado e autorizado pela mesma.

5.4 A consulta prestada pelo Credenciado terá validade de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo remarcar diretamente com o paciente a reconsulta dentro deste período sem ônus ao Município.

5.5 O Credenciado deverá manter-se habilitado junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual.

5.6 Não serão objeto de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional.

5.7 O Credenciado responderá por todos os serviços prestados no atendimento ao paciente encaminhado pela secretaria Municipal de Saúde, isentando integralmente o Município de todo e qualquer ato falho em que o paciente sentir-se lesado.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

5.8 No atendimento aos pacientes, o Credenciado deverá usar somente materiais descartáveis e instrumental devidamente esterilizado, que serão disponibilizados pela Administração.

5.9 O Credenciado será responsável por todos os encargos fiscais, previdenciários, e demais despesas diretas e indiretas referentes a contratação.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n° 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n° 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

7.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto n° 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n° 14.133, de 2021, art. 117, §1° e Decreto n° 11.246, de 2022, art. 22, II);



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

7.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

**Gestor do Contrato**

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A O pagamento dos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal ou RPA, que deverá conter atestado de conformidade assinado pelo técnico responsável da Secretaria Municipal da Saúde, e ainda, constar em local de fácil visualização, a indicação do nº da Nota de empenho;

7.2 Deverão ser acrescentadas as informações relacionadas nas Especificações / Obrigações constantes na tabela da especialidade do Credenciado.

### Do recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (dias) dias, pelos fiscais técnicos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

a) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

b) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

8.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

8.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.16. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.17. A situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua.

#### **Prazo de pagamento**

8.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

**Forma de pagamento**

8.23. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.27. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Credenciamento, com a fixação dos preços definidos pela Administração, com posterior efetivação da contratação através de processo de inexigibilidade.

**Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global, sendo os serviços pagos mensalmente.

**Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência,



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.15. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

**Qualificação Técnica**

9.18. Cópia da Carteira de Identidade do Profissional que irá prestar o serviço ou diploma expedido pelo conselho regulador da atividade profissional



**MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ 18.017.467/0001-00**

**‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’**

(ex.: Conselho Regional de Medicina para profissionais médicos), bem como a comprovação da especialização (conforme item cotado pelo participante).

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.687.200,00** (dois milhões seiscentos e oitenta e sete mil e duzentos reais), conforme tabela abaixo e documentos em anexo.

Seq.	Qtde	Unidad	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
01	720	consulta	Prestação de serviços médico <b>GINECOLOGICO</b> , realização de consultas em ambulatório do município, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	80,00	57.600,00
02	400	UNIDADE	Prestação de serviços <b>MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM</b> em Ambulatório do município de exames de Ultrassonografia abdome total Ultrassonografia Abdome Inferior. Ultrassonografia Das Mamas.	100,00	40.000,00
03	1.600	UNIDADE	Prestação de serviços <b>MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM</b> em Ambulatório do município de exames de Ultrassonografia abdome superior Ultrassonografia obstétrica (um conceito) Ultrassonografia pélvica abdominal Ultrassonografia pélvica transvaginal Ultrassonografia tireoide. Ultrassonografia parede abdominal Ultrassonografia próstata Ultrassonografia bolsa testicular.	50,00	80.000,00
04	12	MES	Prestação de serviços médicos <b>PSIQUIATRA</b> no CAPS EDVAR PEREIRA DA SILVA cumprindo carga horária de 40 horas semanais. Atribuições: realizar atenção à saúde do indivíduo sob sua responsabilidade, prestando atendimento médico e ambulatorial, registrando a consulta em documentos próprios. Propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças e tarefas afins editadas nos respectivos regulamentos.	8.000,00	96.000,00
05	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>PEDIATRIA</b> com atendimentos mínimos	7.500,00	90.000,00

			de 40 consultas semanais, carga horária 5 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
06	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>ENDOCRINOLOGISTA</b> com atendimentos mínimos de 10 consultas semanais, carga horária 4 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão	6.800,00	81.600,00
07	12	Mes	Prestação de serviços médico <b>CARDIOLOGISTA</b> com atendimento mínimo de 40 consultas semanais, carga horária de 04 horas semanais no ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	7.500,00	90.000,00
08	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>ORTOPEDIA</b> com atendimentos mínimos de 40 consultas semanais, carga horária 5 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de	16.000,00	192.000,00

			saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
09	1.400	UNIDADES	Prestação de serviços médico como <b>CLINICO GERAL</b> , para realizar Biópsias, Pequenas Cirurgias no Ambulatório do Município.	80,00	112.000,00
10	<b>12</b>	Mes	Prestação de serviços médico <b>CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>ESPERANÇA</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00
11	12	Mês	Prestação de serviços médico <b>CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas	14.000,00	168.000,00

			as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>VILA ESTIVINHA</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
12	12	Mês	Prestação de serviços médico <b>CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>SOLIDARIEDADE</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00

13	12	Mês	<p>Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>MUTAMBAL</b>. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.</p>	14.000,00	168.000,00
14	12	Mês	<p>Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>TEODOMIRO SOARES DOS REIS (ESF HARMONIA)</b>. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de</p>	14.000,00	168.000,00

			saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
15			Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>TEODOMIRO SOARES DOS REIS (ESF FÉ NA VIDA)</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00
16	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40	14.000,00	168.000,00

			horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>ZIRVAL ALVES FIALHO</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
17	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>SAO VICENTE 1</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00
18	12	Mes	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de	14.000,00	168.000,00

			Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>CAMPO REDONDO</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
19	12	Mes	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>CLEMENTE BATISTA ANTUNES</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00
20	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NO CAPS</b> realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, e manutenção da saúde) aos	14.000,00	168.000,00

			<p>indivíduos que necessitam destes serviços médicos; contribuir e participar das atividades no caps, com carga horária mínima de <b>40 horas semanais</b></p> <p>. avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.</p>		
<b>TOTAL</b>					2.687.200,00

10.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

#### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica 1600000000 Transferências Fundo a Fundo de 0641

Varzelândia - MG, 21 de fevereiro de 2025

**Luiz Henrique Rabelo Azevedo**  
Secretário de Saúde



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

ANEXO II- MINUTA DO CONTRATO N°

CRENCIAMENTO N.º: 001/2025  
PROCESSO N.º: 013/2025

De um lado o **MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA-MG**, inscrita sob o CNPJ n° 18.017.467/0001-00, situada na Praça Cícero Dumont, n° 30, Centro desta cidade de Varzelândia-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Amâncio Oliva Neto, brasileiro, casado, inscrito no CPF n° 796.890.276-20 e RG n° MG-6.906.007, residente e domiciliado na Rua Araxá n° 11 - Bairro São Luis, CEP: 39.450-000, neste Município de Varzelândia-MG, doravante denominada de CONTRATANTE e, aqui denominada de CONTRATADA a empresa ..... situada na Rua....., N° ..... Bairro ....., Varzelândia/MG, neste ato representado pela Sr. .... brasileiro(a), portador do RG ....., CPF n° ....., CRM/MG n°..... residente e domiciliado na Rua....., N° ....., Bairro....., na cidade de ...../MG, tendo em vista a Homologação do Credenciamento n° 001/2025, e Processo n° 0013/2025 e Inexigibilidade n° xxx/2025 e em conformidade com a Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, firmam o presente Termo Contratual, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO**

1.1 O presente contrato tem como fundamento o art° 74, inciso IV, da Lei 14.133/21, e da necessidade de o Município credenciar empresas para prestação de serviços médicos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

2.1 O presente contrato tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE PEDIATRIA, ORTOPEDISTA, CARDIOLOGISTA, GINECOLOGISTA, ENDOCRINOLOGISTA, PSIQUIATRA, PEQUENAS CIRURGIAS E BIÓPSIAS, E CLÍNICOS GENERALISTA OBJETIVANDO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS NO MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA-MG**, como segue:

ITEM	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR	TOTAL
<b>TOTAL</b>				

§ 1° - A Secretaria Municipal de Saúde indicará o local para realização dos serviços pelo CONTRATADO e apresentará, ainda, agenda e cronograma a serem rigorosamente cumpridos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR**

3.1 O número de procedimentos definidos no presente contrato trata-se de simples expectativa de contratação, não gerando ao Município a obrigação de contratar todos os quantitativos credenciados.

3.2 Desta forma, o valor do presente contrato é de **R\$ \_\_\_\_\_**, limitados aos quantitativos definidos no edital de credenciamento, conforme tabela prevista na cláusula anterior.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

§ 1º - No valor especificado nesta cláusula e na tabela da cláusula segunda, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do serviço, constituindo-se na única remuneração a ser recebida pela Contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA**

4.1 O contrato terá validade de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 da Lei 14.133/21, mediante a anuência do contratado, desde que comprovado o preço vantajoso.

**CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.3.1 a data da emissão;
- 5.3.2 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.3.3 o período respectivo de execução do contrato;
- 5.3.4 o valor a pagar; e
- 5.3.5 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.6 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



**MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ 18.017.467/0001-00**

**‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’**

5.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**Prazo de pagamento**

5.11 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**Forma de pagamento**

5.13 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.16 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.17 A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

**CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 Os serviços aqui contratados sensibilizarão a dotação orçamentária:

33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica 1600000000 Transferências Fundo a Fundo de 0641

**CLÁUSULA SÉTIMA - MEDIÇÃO**

7.1 A medição dos serviços será realizada mensalmente, sendo que os critérios constam no termo de referência anexo I do edital do credenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA - VALIDADE DOS SERVIÇOS**



**MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ 18.017.467/0001-00**

**‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’**

8.1 O procedimento prestado pelo CONTRATADO terá validade de 30 (trinta) dias, devendo o mesmo remarcar diretamente com o paciente, caso o procedimento tenha que ser refeito dentro deste período, sem ônus ao CONTRATANTE.

**CLÁUSULA NONA – NORMAS DE ATENDIMENTO**

9.1 O CONTRATADO somente atenderá os pacientes mediante apresentação do formulário de encaminhamento ou boletim de referência e contrarreferência, emitido pelo técnico responsável, devidamente preenchido, assinado e autorizado;

§ 1º - A marcação de horário, para atendimento do paciente beneficiado, será feita pelo CONTRATADO.

**CLÁUSULA DÉCIMA – REGULARIDADE DO CONTRATADO**

10.1 O CONTRATADO deverá manter-se habilitado junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, mantendo todas as condições de habilitação durante o período de execução do contrato, sob pena de rescisão contratual.

10.2 As condições de habilitação e a forma de demonstração da mesma após a assinatura do contrato, constam no termo de referência anexo I do edital do credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

11.1 São obrigações do Contratante:

11.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Varzelândia para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 11.1.9 A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.
- 11.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
- 11.2.1 Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2.2 Prestar os serviços conforme especificações do termo de referência e proposta apresentada;
- 11.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços prestados, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei n° 8.078, de 1990](#));
- 11.2.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.2.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no sistema emissor do documento, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

- 11.2.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.2.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.2.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.2.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.2.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 11.2.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 11.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 11.2.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 11.2.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.2.19 O CONTRATADO deverá atender os pacientes com urbanidade e educação e responderá por todo e qualquer ato falho na prestação dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade as consequências de seus trabalhos, ficando a CONTRATANTE integralmente isenta de qualquer responsabilização por ações dos contratados no exercício de suas funções.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS  
([art. 92, XIV](#))**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
  1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
    - i. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

- a) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- b) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- c) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (VINTE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo ente ora contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado.

- a) O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- b) A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- c) Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.b.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

14.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica 1600000000 Transferências Fundo a Fundo de 0641

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n° 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei n° 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA- FORO ([art. 92, §1º](#))**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Montes Claros/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei n° 14.133/21](#).

[Local],[dia]de[mês] de[ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

CRENCIAMENTO N.º: 001/2025

PROCESSO N.º: 013/2025

Pela presente, apresentamos proposta de preço para a execução dos serviços, no seguinte valor:

Seq.	Qtde	Unidad	Descrição do Produto	Valor Unitário	Valor Total
01	720	consulta	Prestação de serviços médico <b>GINECOLOGICO</b> , realização de consultas em ambulatório do município, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	80,00	57.600,00
02	400	UNIDADE	Prestação de serviços <b>MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM</b> em Ambulatório do município de exames de Ultrassonografia abdome total Ultrassonografia Abdome Inferior. Ultrassonografia Das Mamas.	100,00	40.000,00
03	1.600	UNIDADE	Prestação de serviços <b>MÉDICO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM</b> em Ambulatório do município de exames de Ultrassonografia abdome superior Ultrassonografia obstétrica (um conceito) Ultrassonografia pélvica abdominal Ultrassonografia pélvica transvaginal Ultrassonografia tireoide. Ultrassonografia parede abdominal Ultrassonografia próstata Ultrassonografia bolsa testicular.	50,00	80.000,00
04	12	MES	Prestação de serviços médicos <b>PSIQUIATRA</b> no CAPS EDVAR PEREIRA DA SILVA cumprindo carga horária de 40 horas semanais. Atribuições: realizar atenção à saúde do indivíduo sob sua responsabilidade, prestando atendimento médico e ambulatorial, registrando a consulta em documentos próprios. Propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças e tarefas	8.000,00	96.000,00

			afins editadas nos respectivos regulamentos.		
05	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>PEDIATRIA</b> com atendimentos mínimos de 40 consultas semanais, carga horária 5 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	7.500,00	90.000,00
06	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>ENDOCRINOLOGISTA</b> com atendimentos mínimos de 10 consultas semanais, carga horária 4 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão	6.800,00	81.600,00
07	12	Mes	Prestação de serviços médico <b>CARDIOLOGISTA</b> com atendimento mínimo de 40 consultas semanais, carga horária de 04 horas semanais no ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	7.500,00	90.000,00
08	12	MES	Prestação de serviços médicos em <b>ORTOPEDIA</b> com atendimentos mínimos de 40 consultas semanais, carga horária 5 horas semanais em ambulatório do município. Avaliar clínica e laboratorialmente os	16.000,00	192.000,00

			pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
09	1.400	UNIDADES	Prestação de serviços médico como <b>CLINICO GERAL</b> , para realizar Biópsias, Pequenas Cirurgias no Ambulatório do Município.	80,00	112.000,00
10	<b>12</b>	Mes	Prestação de serviços médico <b>CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>ESPERANÇA</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00
11	12	Mês	Prestação de serviços médico <b>CLINICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da	14.000,00	168.000,00

			saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>VILA ESTIVINHA</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas editadas no respectivo regulamento da profissão.		
12	12	Mês	Prestação de serviços médico <b>CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>SOLIDARIEDADE</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00

13	12	Mês	<p>Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>MUTAMBAL</b>. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.</p>	14.000,00	168.000,00
14	12	Mês	<p>Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>TEODOMIRO SOARES DOS REIS (ESF HARMONIA)</b>. Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de</p>	14.000,00	168.000,00

			saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
15			Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>TEODOMIRO SOARES DOS REIS (ESF FÉ NA VIDA)</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00
16	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40	14.000,00	168.000,00

			horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>ZIRVAL ALVES FIALHO</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
17	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>SAO VICENTE 1</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00
18	12	Mes	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de	14.000,00	168.000,00

			Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde de <b>CAMPO REDONDO</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
19	12	Mes	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NA ESF</b> e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ASB e TSB, com carga horária mínima de 40 horas semanais na Unidade Básica de Saúde <b>CLEMENTE BATISTA ANTUNES</b> . Avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.	14.000,00	168.000,00
20	12	Mês	Prestação de serviços <b>MÉDICO CLÍNICO GERAL, REALIZAR CONSULTAS CLÍNICAS E PROCEDIMENTOS NO CAPS</b> realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, e manutenção da saúde) aos	14.000,00	168.000,00



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

			indivíduos que necessitam destes serviços médicos; contribuir e participar das atividades no caps, com carga horária mínima de <b>40 horas semanais</b> . . avaliar clínica e laboratorialmente os pacientes, emitindo diagnósticos e prescrevendo medicamentos, outras formas de tratamentos, conforme o tipo de enfermidade, bem como propor medidas preventivas de saúde, codificar doenças, solicitar exames laboratoriais e tarefas afins editadas no respectivo regulamento da profissão.		
<b>TOTAL</b>					2.687.200 ,00

Valor Total: \_\_\_\_\_

**Validade da Proposta (NÃO INFERIOR A 60 DIAS) :**

Nome/Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail.: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do Representante Legal.

Carimbo da empresa

---

ANEXO IV

---

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**CRENCIAMENTO N.º: 001/2025**  
**PROCESSO N.º: 013/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, vem em cumprimento ao Edital de Credenciamento acima epigrafado, apresentar, sob as penas cabíveis, as seguintes declarações:

- 1) Que está ciente das condições contidas e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital de Credenciamento em referência e em seus anexos;
- 2) está ciente e concorda com as condições contidas da proposta apresentada compreende a integralidade dos custos de fornecimento, bem como o atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 3) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4) Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a participação da pessoa jurídica acima identificada neste procedimento auxiliar, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CNPJ 18.017.467/0001-00

‘Governo do Povo para o Povo - Gestão 2025/2028’

- 6) Que não se encontra enquadrada em nenhuma das vedações contidas do Edital de Credenciamento acima epigrafado;
- 7) Que cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesseis), estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica.
- 8) Que cumpre as obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, estando ciente das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ou declaração inverídica;
- 9) que possuímos profissional habilitado para a prestação dos serviços na Sede do Município de Varzelândia/MG e temos plenas condições de executar os serviços, conforme dispõe o Edital de Credenciamento;
- 10) ( ) Declaro, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que estamos enquadrados na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem como que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada*).

Por ser verdade, firmo o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Local \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2025.

Nome e assinatura do representante legal  
Nome da empresa  
CNPJ